



TESOURO NACIONAL

Sumário Executivo

**2023**

**Janeiro**

Publicado em

27/02/2023

# Resultado do Tesouro Nacional



## Sumário Executivo

Em janeiro de 2023, o Governo Central apresentou um superávit primário de R\$ 78,3 bilhões, enquanto no mesmo mês do ano anterior foi observado um superávit primário de R\$ 76,8 bilhões (em termos nominais). O resultado do mês foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um superávit primário de R\$ 55,3 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 94,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 16,5 bilhões. Comparado a janeiro de 2022, o resultado primário observado decorre da combinação de aumento real de 2,4% (R\$ 5,1 bilhões) da receita líquida e aumento real de 6,0% (R\$ 8,1 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do acréscimo de R\$ 796,1 milhões nas receitas administradas, de R\$ 3,9 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 2,0 bilhões nas receitas não administradas, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 1,6 bilhões nas transferências por repartição de receita. Os principais destaques na comparação mensal são: i) aumento real de R\$ 11,1 bilhões no Imposto de Renda Retido na Fonte; ii) aumento do recebimento de dividendos em R\$ 6,3 bilhões; iii) redução na arrecadação real relativa à estimativa mensal (IRPJ/CSLL); e iv) redução na arrecadação relativa à exploração de recursos naturais.

Por seu turno, o aumento real nas despesas totais pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 7,0 bilhões nas despesas obrigatórias com controle de fluxo, destacando-se aquelas no âmbito da rubrica de Bolsa Família e Auxílio Brasil (R\$ 5,7 bilhões); ii) aumento nos pagamentos de benefícios previdenciários, no montante de R\$ 3,8 bilhões; e iii) redução de R\$ 3,5 bilhões nas despesas com créditos extraordinários (exceto PAC).

Por fim, cabe destacar que, além de superar nominalmente o resultado primário de janeiro do ano anterior e superar a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, o resultado observado em janeiro de 2023 é o melhor resultado já observado em toda a série histórica, corrigido pelo IPCA, para o primeiro ano de um novo mandato.